

# VOLUNTARIADO, ASSOCIATIVISMO E TURISMO: UM DEBATE A PARTIR DAS ORGANIZAÇÕES NO TERRENO

VOLUNTEERING, ASSOCIATION AND TOURISM:  
A DEBATE FROM GROUND ORGANIZATIONS

## **Filipa Canavarro Morais**

Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra (Coimbra/Portugal).  
Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra (Coimbra/Portugal).  
E-mail: fmorais@esec.pt

## **Andreia Antunes Moura**

Doutora em Turismo pela Universidade de Aveiro (Aveiro/Portugal). Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra (Coimbra/Portugal).  
E-mail: andreiamoura@esec.pt

Recebido em: 12 de março de 2020  
Aprovado em: 20 de junho de 2020  
Sistema de Avaliação: Double Blind Review  
RGD | v. 17 | n. 3 | p. 133-164 | set./dez. 2020  
DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v17i3.2222>

## RESUMO

A sociedade contemporânea debate-se com novos problemas sociais que necessitam de respostas diferentes e inovadoras. Assim, pretendeu-se compreender como aqueles que estão no terreno veem o papel da sociedade civil face ao Estado e mercado, a importância do terceiro setor, do associativismo e do voluntariado em Portugal e, especificamente, o turismo de voluntariado. Os resultados demonstram que há cada vez maior dinamismo da sociedade civil para colmatar problemas sociais a que o Estado ou setor privado não conseguem atender, e que o turismo de voluntariado tem vindo a despertar interesse e reconhecimento enquanto oportunidade de futuro.

**Palavras-chave:** Voluntariado. Associativismo. Turismo. Ação Solidária.

## ABSTRACT

Contemporary society is struggling with new social problems that need different and innovative answers. Thus, it was intended to understand how those in the field see the role of civil society vis-à-vis the state and the market, the importance of the third sector, associations and volunteering in Portugal and, specifically, volunteer tourism. The results show that there is a growing dynamism of civil society in addressing social problems to which the state or private sector cannot give an answer, and that volunteer tourism has been arousing interest and recognition as an opportunity for the future.

**Keywords:** Volunteering. Associativism. Tourism. Solidarity Action.

## INTRODUÇÃO

Progressivamente, a intervenção social do Estado foi crescendo bem como a sua responsabilização pelas condições de vida dos cidadãos, dando origem à noção de Estado-Providência. Contudo, o desenvolvimento da função social do Estado no ocidente deu-se em paralelo, não por acaso, ao crescente protagonismo do mercado e desenvolvimento que culminou na economia concorrencial à escala global.

Se no passado se sentiu a necessidade de intervenção do Estado na regulação da esfera económica, face às consequências sociais que os problemas económicos podem trazer, os riscos da especulação, desemprego ou inflação, atualmente, a crescente liberalização, desregulação, incerteza colocam novos riscos e desafios às sociedades contemporâneas. Uma economia global organizada em função das vantagens de determinadas regiões em termos de dotação de fatores produtivos, a facilidade de circulação de capital, pessoas e bens, coloca limitações à capacidade de ação e novos desafios aos estados nacionais: por um lado, atrair investimento estrangeiro para fomentar crescimento e combater o desemprego, oferecendo condições atrativas às empresas, designadamente, em termos fiscais, de legislação laboral ou ambiental; por outro, enfrentar estrangimentos orçamentais importantes, tendo dificuldade em responder às necessidades sociais dos seus cidadãos, mesmo com cargas fiscais elevadas, o que é agravado com o contexto de envelhecimento da população, consequências da crise de 2008, ou restrições impostas com planos de ajustamento.

O contexto atual é ainda o de uma certa preponderância da esfera económica face à social em que, todavia, a primeira deveria estar integrada, argumento a que Polanyi (2012) [1944] já aludia ao observar, desde o desenvolvimento da economia capitalista nas sociedades industrializadas, o crescente peso do mercado na regulação da vida social e a mercantilização de várias das suas facetas, por oposição à conceção da esfera económica como uma das facetas da vida societal global (POLANYI, 2012; PARSONS, 1997; PARSONS; SMELSER, 2010). No entanto, hoje, paralelamente à globalização, encontramos processos de desenvolvimento social, sobretudo à escala local, em que a sociedade civil surge como protagonista mais atenta e próxima às necessidades dos cidadãos, manifestando-se num crescimento de entidades como associações e práticas como o voluntariado. A liberdade de associação conferida pelos regimes democráticos, atualmente, possibilita o surgimento de serviços, bens, instituições ou iniciativas que respondem aos interesses dos seus membros que livremente se associam e autogerem, independentemente do Estado e mercado, isto é, de correntes político-ideológicas ou de imperativos comerciais. Referimo-nos às associações de cidadãos e, concretamente, às instituições do terceiro sector – designação que lhes atribui um espaço distinto ao do Estado e do mercado na regulação da vida coletiva – caracterizadas pela auto-governança, participação voluntária e democrática, fundadas na base da ação

solidária, do compromisso e reforço da comunidade (DRUCKER, 2005; ALMEIDA, 2010; VIEIRA, 2015; FERREIRA, 2013).

À garantia da segurança de justiça pelos estados nacionais, vieram juntar-se as funções de resposta aos problemas económicos e sociais, designadamente os originados pela industrialização e desenvolvimento da economia de mercado no ocidente (exemplificados nos seguros de trabalho de Bismark ou no relatório Beveridge), avançando-se progressivamente para um estado de Bem Estar social (CARMO, 2001; ENGELMANN, 2016). Porém, o reconhecimento das falhas de estado e mercado (ALMEIDA, 2010), por um lado, e o reconhecimento da maior capacidade das associações em dar resposta a questões ou necessidades locais, por outro, fizeram sobressair a relevância das iniciativas da sociedade civil nos países democráticos: “Onde o Estado interventor não assumiu feições totalitárias, como nos países do antigo bloco socialista, ele permitiu o desenvolvimento no âmbito da sociedade civil de extensas redes associativas, cujo objetivo era (...) demandar políticas públicas em função de determinados interesses setoriais (ENGELMANN, 2016, p. 11). Nesse sentido, é numa articulação entre Estado, mercado, e organizações do designado terceiro setor, como as associações, que reside a governação das sociedades que na atualidade opera a nível da sociedade global, nacional (apesar das ameaças à soberania dos estados nacionais e à emergência de novos atores transnacionais) e dos espaços locais cujas especificidades relevam para os processos de desenvolvimento e resposta a problemas económicos e sociais.

Ao mesmo tempo que emergem formas de participação cidadã dos mais variados tipos, que em alguns casos dão lugar à criação de estruturas associativas (dando continuidade, existência legal e reconhecimento a tais iniciativas), também atualmente as motivações, representações e práticas dos indivíduos são cada vez mais diversificadas, estando associadas às suas vivências. “Na atualidade, os padrões de mobilidade são mais complexos, visto que as pessoas tendem a ser mais suscetíveis a ações solidárias e de voluntariado, tendo em conta que exigem cada vez mais um contato único, personalizado e próximo...” (BARBOSA; CARVALHO, 2015, p. 4). É neste contexto que surgem os novos conceitos de turismo de voluntariado, volunturismo ou turismo voluntário.

Foi nesta perspetiva que associámos o turismo ao voluntariado e ao associativismo numa iniciativa dirigida, sobretudo, aos estudantes das licenciaturas em Turismo e Animação Socioeducativa da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, com os objetivos de dar a conhecer a missão e atuação das entidades convidadas e de proporcionar aos estudantes a oportunidade de se darem a conhecer e de se informarem sobre oportunidades de trabalho voluntário. Este trabalho é, pois, uma reflexão sobre as informações que foi possível recolher junto das entidades presentes tendo em consideração o mote do evento.

## 1 ASSOCIATIVISMO E DINAMISMO DA SOCIEDADE CIVIL

O protagonismo das associações designadas habitualmente de terceiro sector (que as distingue de entidades públicas ou do setor privado lucrativo) e do voluntariado constituem uma reafirmação das comunidades - no sentido relacional do conceito; iniciativas próximas aos problemas e interesses locais, caracterizadas pela ação solidária e reflexo da participação cidadã na governação societal. Neste sentido, como refere Drucker "todos os países desenvolvidos necessitam de organizações comunitárias no sector social, independentes (...) para providenciar os serviços (...) mas, acima de tudo, para restabelecer os laços de comunidade e o sentimento de cidadania ativa" (DRUCKER, 2005, p. 186).

Assiste-se, ao mesmo tempo, a uma alteração na conceção dos programas de desenvolvimento económico e social, que deixam de ser encarados como medidas universais impostas de uma forma top-bottom, mas antes intervenções mais plurais, participadas e atentas aos contextos específicos locais (AMARO, 2001, 2003) em que a sociedade civil assume maior protagonismo assim como a comunidade. Como sugere Monteiro (2004), a integração social, central na Sociologia, tanto na perspetiva da incorporação e observância de um conjunto de normas sociais que constroem a liberdade de ação dos indivíduos, mas favorecem a ordem social, quanto no sentido de harmonização de interesses, participação e integridade do coletivo, refere-se ao aspeto fulcral das redes de interações "que conduzem ao agrupamento de indivíduos e grupos em comunidade e, mais institucionalmente, em sociedade" (p. 28).

Nas instituições do terceiro setor – independente de Estado e mercado – a participação voluntária e autogestão democrática caracterizam as associações e manifestam-se numa variedade de iniciativas e formas de organização que Costa (2006) relaciona com a economia solidária – alternativa à subordinação e exploração nas relações de trabalho, a uma participação nas decisões e resultados organizacionais (p. 22). As associações não estão orientadas pela maximização do lucro, mas pelas necessidades e aspirações dos cidadãos, designadamente àqueles que estão em situações sociais a que o Estado não consegue responder e que não interessam ao setor privado lucrativo, ressaltando a importância da liberdade de associação dos regimes democráticos (ENGELMAN, 2016; ROBERTS, 2003).

Associando Economia Solidária ao desenvolvimento, Costa (2006) caracteriza-a como inovação em si, não só económica, como no plano político-institucional e social - como uma governação mais eficiente, participada e plural e relações institucionais mais solidárias - donde resultam, portanto, para os cidadãos, ganhos que ultrapassam a dimensão económica e, a nosso ver, traduzem por outro lado uma não subordinação da organização social às relações económicas no sentido ortodoxo. O autor cita também A Grande Transformação de K. Polanyi referindo-se ao entendimento do desenvolvimento no sentido de crescimento económico. De facto, o excessivo centramento no mercado como mecanismo de

regulação ou governação da sociedade foi denunciado por Polanyi (2012) [1944]) como particularidade de uma época em que, no ocidente, se assistiu à industrialização, ao desenvolvimento da economia de mercado. Para Polanyi inverteu-se neste momento a perspetiva que a economia é apenas uma dimensão da sociedade, passando-se a considera-la, erroneamente, desincrustada do seu contexto social. Tanto na análise de formas de troca nas sociedades pré-industriais (como Polanyi observou) como dos vários tipos de instituições que participam da governação das sociedades na atualidade, é possível observar que ao lado da troca puramente mercantil estão o princípio da redistribuição e da reciprocidade (K. POLANYI, 2012; A. CORRÊA, 2011); a estes cremos poder corresponder mercado, estado e terceiro setor, surgindo este último não apenas como de caráter não governamental ou não lucrativo, mas precisamente por se reger por uma lógica de ação solidária (ALMEIDA, 2010) que caracteriza as instituições que procurámos analisar neste trabalho.

A distinção entre comunidade e sociedade, tema central no trabalho dos fundadores da Sociologia e Ciências Sociais em geral, foi uma reflexão teórica suscitada pela industrialização do Ocidente e a profunda mudança social a todos os níveis que a acompanhou, e que constitui o contexto justificativo do surgimento de um estudo positivo dos factos sociais por A. Comte. Desde clássicos como M. Weber ou E. Durkheim, F. Tönnies, integração social, anomia, divisão do trabalho, ação racional por oposição à tradição, contexto favorável ao desenvolvimento da economia de mercado, enfraquecimento de vínculos sociais baseados em parentesco, amizade e vizinhança, fragmentação do tecido social ou formalização e burocratização da vida social são alguns dos aspetos que caracterizam a passagem da comunidade – pré-industrial, rural, tradicional – para a sociedade – moderna, urbana industrial (FERNANDES, 1973).

Numa leitura mais contemporânea, no entanto, a comunidade existe enquanto caráter de relações mais solidárias, densas, próximas ancoradas em valores e visões do mundo partilhados em grupos sociais (que se encontram ainda nas aldeias ou nos grupos de vizinhança, sobretudo nos bairros mais tradicionais em que diferentes gerações das mesmas famílias ocupam o mesmo espaço por um longo período de tempo, e numa variedade de coletividades e entidades, como as associações de cidadãos). São o oposto do caráter segmentar, utilitário, formal das relações no contexto das grandes cidades, nos bairros dormitório onde espaços e tempos para sociabilidade escasseiam e dificilmente as relações de vizinhança se afirmam. Desta maneira, poderá afirmar-se que se encontra a comunidade onde há uma consciência de interesses, problemas e necessidades comuns. E, apesar de existir nela uma dimensão territorial, o surgimento da comunidade sustentada nos laços sociais que a ocupação continuada de um mesmo espaço favorece - bairro, escola, trabalho, clube, igreja, associação, entre outros – refere-se à natureza de relações de solidariedade e confiança, da partilha de circunstâncias de vida que aproximam os

indivíduos e favorecem a mobilização, designadamente, para a iniciativa de resolver aqueles problemas e responder àqueles interesses, assim como a participação cidadã e a consciência cívica (QUINTAS, 2005).

Assim, a integração social atualmente ocorre, de acordo com Monteiro (2004), de forma diferenciada e em função de quatro instâncias: “o trabalho, o Estado, a família e, em estreita articulação com esta, as comunidades compostas por associações, redes de amigos, relações de bairro e de vizinhança” (p. 30) e os laços sociais resultam de processos de integração que se desenvolvem cujos “vértices são constituídos pelo próprio indivíduo, a comunidade de pertença e a sociedade instituída” (Ibidem).

A racionalidade egoísta maximizadora, considerada convencionalmente como pressuposto base do comportamento social do homem quando de relações económicas se trata, tem sido posta em causa, não apenas pela Sociologia, como por visões não-ortodoxas da Economia em que se admite que princípios que não o benefício individual, mas o bem comum, a ação solidária ou a reciprocidade podem estar por trás, tanto das ações como das próprias preferências dos indivíduos enquanto agentes económicos, e que o que se entende por troca mercantil é na realidade uma parte de uma relação social mais abrangente com dimensões, culturais e relacionais. Ainda que desde o desenvolvimento da economia de mercado este se tenha afirmado como mecanismo determinante da organização da vida social (POLANYI, 2012) e que a intervenção social possa parecer protagonizada quase em exclusivo pelo Estado, existe um terceiro polo, o da comunidade, da sociedade civil ou do designado terceiro setor que é organizado, não em função de ganhos mercantis ou imperativos políticos, mas nos interesses dos próprios cidadãos. É aqui que se enquadra a importância das associações e iniciativas da sociedade civil como manifestação da sua capacidade de organização, mobilização, participação, e o voluntariado como expressão de uma ação social que ultrapassa a visão do homem «moderno» como sujeito racional, interessado, calculista e hedonista, mas com motivações em que se incluem prescindir do seu tempo, recursos, ou interesses pessoais imediatos em favor do bem estar do «outro».

Num contexto de globalização, não apenas económica como social, o local e sobretudo as iniciativas dos cidadãos na promoção do seu bem-estar social assumem grande relevância, tal como as iniciativas de desenvolvimento baseadas nos recursos, necessidades, especificidades locais, por oposição a modelos de desenvolvimentos universalistas (AMARO, 2003). O local é um espaço de afirmação e construção de identidade, suporte de relações sociais mais espontâneas, duradouras do que utilitaristas; é potencializador de intervenções da sociedade civil, designadamente nas associações de cidadãos que se mobilizam não apenas para defender os seus interesses comuns, como para desenvolver uma cidadania participativa, uma ação fundada na solidariedade.

A governação da sociedade não se resume, pois, aos mecanismos de Estado ou mercado, ou aos polos de direção central versus privatização e mercado desregulado (DOWBOR, 2009). Como proposto

por Polanyi (2012), as relações económicas têm que ser enquadradas na vida social e não o contrário. Ao lado do Estado e mercado está, como esteve no passado, a comunidade ou, como defende, ao lado das relações de troca e redistribuição estão as de reciprocidade. Dito de outra forma e como refere Ramos (2017) sobre as organizações sociais, Estado e a comunidade, aos imperativos do capital, negócios, lucro e desigualdade, por um lado, e centralismo estatal, burocracia e ditadura por outro, é necessário considerar uma economia social, inclusiva e solidária. A Economia Solidária tem, segundo Costa (2006), "Na dimensão político-institucional (...) [como] ponto fundamental na diferenciação (...) [o] espaço para desenvolvimento da autogestão e dos mecanismos internos de participação e decisão (COSTA, 2006, p. 24).

Para Evers, as organizações do terceiro setor (OTS) constituem uma área intermédia no espaço vazio do triângulo estado-mercado-setor doméstico, também designado de coletivo e voluntário (EVERS; LAVILLE, 2004). Para Almeida (2010), as OTS deverão ser consideradas em conjunto com outras instituições de governação, na diversidade de formas de complementaridade entre diferentes setores na regulação da vida económica e social. Almeida (2010) propõe então uma reconceptualização do Triângulo de Evers dos mecanismos de governação associando-lhes os princípios de regulação de K. Polanyi. Assim, ao lado do mercado (troca mercantil) e do Estado a que corresponde o princípio de distribuição, o autor concebe o polo da Comunidade, a que atribui o princípio da reciprocidade, enquadrando entre estes três vértices o terceiro setor.

Ao lado de Estado e mercado, nos últimos anos, o terceiro setor - ou, na designação americana, o setor não-lucrativo - tem ganho crescente importância como se pode concluir do Comparative Non Profit sector Project (SALAMON; ANHEIER, 1996; SALAMON *et al.*, 2004). O lugar das instituições do terceiro setor não é claro, uma vez que elas não se limitam a responder a falhas de Estado e de mercado, ocupando o espaço deixado livre por aquelas entidades (EVERS; LAVILLE, 2004). Elas têm uma identidade própria enquanto iniciativas que emergem da sociedade civil em prol do benefício dos cidadãos e atendendo aos seus mais diversos interesses, culturais, ambientais, económicos, sociais, entre outros, e disso é exemplo o conjunto variado de organizações a que nos iremos referir neste trabalho. A especificidade do terceiro sector prende-se com a proximidade das suas organizações aos contextos locais e às particularidades das circunstâncias específicas em que atuam, a uma ação que se funda no princípio da solidariedade, que salienta a importância do trabalho que é feito no terreno junto dos seus destinatários, e uma alternativa a formas de organização da vida social excessivamente centradas ou no mercado enquanto mecanismo regulador, ou do Estado na sua intervenção de carácter mais assistencialista (REIS, 2007, 2011; FERREIRA, 2009, 2013; ALMEIDA 2010, 2011).

Numa perspetiva anti-utilitarista, as associações, enquanto expressão da sociedade civil ou do terceiro setor, afirmam-se perante uma tendência inversa para a maior liberalização, desregulação,

comercialização ou visão mercantilista das relações sociais (J. K. GIBSON-GRAHAM, 2010). O significado deste terceiro setor é relacional “entre o Estado e a economia de mercado e a comunidade” [e define-se] “como não lucrativo em relação à economia de mercado, voluntário em relação ao sector estatal, intermediário entre Estado e sociedade (ou cidadãos)” (FERREIRA, 2009). O voluntariado enquadra-se neste espaço não dependente do Estado ou das relações mercantis.

Também em Portugal se tem assistido ao crescente protagonismo das organizações do terceiro setor - estatuto não-governamental e não-lucrativo - que têm desempenhado um papel relevante na resposta a necessidades ou problemas económicos e sociais, sobretudo de segmentos específicos das populações, orientando a sua atividade para o benefício daquelas, e não para uma finalidade comercial. Como sustenta Almeida (2010) para o caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), as entidades do terceiro setor oferecem uma resposta a questões sociais cujo significado não se esgota em se substituir ao Estado naquelas áreas de intervenção, segmentos-alvo ou contextos em que ele tem dificuldades de agir ou atingir, mas constitui uma forma de atuação própria, de proximidade, centrada nos interesses dos membros/utentes associados e em que o contexto relacional é relevante (ALMEIDA, 2010; REIS, 2011).

## **2 TURISMO DE VOLUNTARIADO, VOLUNTURISMO OU TURISMO VOLUNTÁRIO**

O voluntariado é uma atividade cívica em franco crescimento em Portugal e no Mundo, a par do aumento da sensibilização das sociedades contemporâneas para problemáticas sociais, políticas, ambientais, culturais e económicas (FERREIRA, 2009). De acordo a Organização das Nações Unidas (1990), voluntariado enquadra todas as ações de interesse social e comunitário desenvolvidas de forma desinteressada e sem fins lucrativos em prol de outros. Assim, solidariedade, ética e altruísmo são valores que preenchem a ação voluntária atual e que esta já não se limita às fronteiras comunitárias locais. Ou seja, o voluntariado tem-se expandido por períodos e geografias cada vez mais alargados, dando origem a um novo fenómeno, designado de turismo de voluntariado, volunturismo ou turismo voluntário.

Sendo o turismo uma das mais relevantes atividades económicas e sociais em todo o mundo, compreende-se o surgimento e rápida proliferação desta tendência (CALLANAN; THOMAS, 2005) em que o turista foca as suas motivações e interesses no bem-estar social do outro, dedicando-lhe parcial ou totalmente o seu tempo de viagem.

O volunturismo ou turismo voluntário é um conceito complexo que agrega as definições de turismo e voluntariado, isto é, integra a noção da prática do voluntariado no âmbito de uma viagem turística (FERREIRA, 2009). No entanto, sabendo que já proliferam atividades turísticas deste tipo em diversas

partes do mundo, salienta-se o quadro conceptual ainda pouco desenvolvido (CAMPANIÇO, 2010) e que não existe consenso relativamente à nomenclatura ou terminologia mais adequadas (BARBOSA; CARVALHO, 2015). Destaca-se o facto de existirem autores que diferenciam o turismo voluntário ou solidário do volunturismo. O turismo voluntário ou solidário incorpora férias organizadas que envolvem totalmente os seus participantes de forma voluntária no auxílio à carência material de determinadas comunidades ou na ajuda à conservação ou recuperação patrimonial ambiental (WEARING, 2001). O volunturismo inclui férias tradicionais que integram parcialmente os seus participantes em atividades de voluntariado (WEARING, 2001).

Contudo, considerando uma revisão de literatura mais aprofundada (CALLANAN; THOMAS, 2005; GUTTENTAG, 2009; MCGEHEE, 2014; MCGEHEE; SANTOS, 2005; MUSTONEN, 2005; SMITH; FONT, 2014; TAPLIN; DREDGE; SCHERRER, 2014; WEARING, 2001), poderá afirmar-se que o turismo de voluntariado, que poderá englobar o turismo voluntário ou solidário e o volunturismo, é desenvolvido com base no exercício da cidadania universal, alimentando uma relação solidária com o outro, quer em termos domésticos ou internacionais, tendo em vista a solução de determinados problemas para as comunidades recetoras e a valorização pessoal para os seus participantes (FERREIRA, 2009). Corroborando Lima *et al.* (2017, p. 128), consideram que o turismo de voluntariado “é uma atividade não remunerada, exercida no tempo livre do turista por um período inferior a um ano, o qual, na maioria dos casos, deverá assumir todos os encargos inerentes, desde a viagem, ao alojamento, alimentação, entre outros, dependendo do tipo de projetos e organizações envolvidas”.

Assim, pode dizer-se que o turismo de voluntariado se poderá afirmar como uma importante filosofia de gestão para o crescimento sustentável da atividade turística, já que se distingue das práticas turísticas mais comuns e, principalmente, do indesejável turismo de massas. Para Little (1996), a sustentabilidade no turismo assume mais do que o sentido de preservação ambiental ou correta gestão de recursos: Ela tem uma dimensão de justiça social, democracia e preservação das identidades das sociedades/comunidades recetoras. Segundo Marques e Moura (2019) “a experiência turística é multifacetada, começa logo na preparação da viagem e não termina enquanto as memórias não forem partilhadas, ou seja, prolonga-se no tempo, podendo ser influenciada por fatores externos ou internos ao turista, apresentando-se de forma diferente de indivíduo para indivíduo” (p. 33). O que é corroborado por Barbosa e Carvalho (2015), referindo que a integração dos turistas na comunidade recetora é o que provoca a originalidade da experiência e, conseqüentemente, o que traz vantagens em termos de desenvolvimento, quer para o turista (investimento em competências pessoais), quer para a comunidade recetora (investimento em bem-estar e qualidade de vida). Neste âmbito, a adesão dos turistas a uma nova e singular experiência relacionada com causas sociais (projetos que incidam sobre o bem-estar das populações), ambientais (iniciativas de

investigação e conservação da natureza), educacionais (ações de formação) e de saúde (diligências de vacinação e apoio médico) (CALLANAN; THOMAS, 2005) parece-nos fundamental, já que fomenta o seu enriquecimento pessoal a vários níveis: (i) desempenho de um papel social ativo; (ii) aumento do sentido de responsabilidade; (iii) crescimento da sensibilidade colaborativa; (iv) desenvolvimento do espírito de entreatada; (v) alargamento da capacidade de resolução de problemas; (vi) ampliação de competências de comunicação; (vii) dilatação da capacidade de tolerância; (viii) evolução da capacidade de liderança (BROWN; LEHTO, 2005; COGHLAN, 2007; LIMA *et al.*, 2017; WEARING; GRABOWSKI, 2011).

Em suma, compreende-se que os benefícios associados a esta prática turística são muitos e diversos, quer para os turistas, quer para as populações locais e ainda para os destinos turísticos, já que poderá contribuir ativamente para a sua diferenciação e valorização, num contexto turístico atual cada vez mais competitivo.

No entanto, há perigos eminentes resultantes da evolução do turismo de voluntariado e do seu crescimento exponencial que merecem destaque. Saliem-se entre os principais impactes negativos do turismo de voluntariado identificados na literatura (1) a deterioração de património por via da globalização; (2) a perda de identidade local devido a influências dos turistas sobre as comunidades recetoras; (3) a diminuição de oportunidades de trabalho devido à existência de trabalho voluntário; (4) o fomento do chamado neocolonialismo devido à falta de diálogo entre populações locais, organizações de voluntariado e turistas (sendo que as reais necessidades das comunidades não são ouvidas); (5) o fracasso de projetos de turismo de voluntariado com intervenção social ou ambiental por falta de gestão adequada em termos de recursos financeiros e humanos, por parte das entidades responsáveis; (6) a superficialidade de alguns programas turísticos de voluntariado que conduzem à criação de experiências fabricadas, afastadas dos reais contextos e necessidades das comunidades recetoras (BARBOSA; CARVALHO, 2015; BENSON; HENDERSON, 2011; CALLANAN; THOMAS, 2005; COGHLAN, 2007; CROSSLEY, 2012; GUTTENTAG, 2009; LIMA *et al.*, 2017; SIMPSON, 2004; TAPLIN *et al.*, 2014; TOMAZOS; COOPER, 2012; WEARING, 2001; WEARING; MCGEHEE, 2013).

Estes constrangimentos devem ser ponderados no desenvolvimento do turismo de voluntariado, configurando-se como desafios a discutir na perspetiva da investigação sociológica e turística contemporânea. Neste sentido, será ainda importante compreender melhor o perfil do turista de voluntariado, suas principais características e motivações, para assim se estabelecerem bases orientadoras de novas propostas de turismo de voluntariado, mais adequadas e positivamente ajustadas, combatendo-se os problemas atrás identificados. Ora, segundo Wearing e Grabowski (2011), o turista de voluntariado é predominantemente originário de países desenvolvidos e ocidentais, jovem e numa missão de autodescoberta, enquadrando-se globalmente no perfil do consumidor do denominado Gap-

Year (CALLANAN; THOMAS, 2005; LYONSS; HANLEY; WEARING; NEIL, 2012; SIMPSON, 2004). Por sua vez, Barbosa e Carvalho (2015) acrescentam que os consumidores Baby-Boomers (nascidos entre a década de 1950 e 1960) também contribuem para o volume crescente deste segmento de mercado, constituindo-se como um dos maiores grupos de viajantes voluntários. Tomando como referência a concetualização de perfis de turistas, graus de adaptação e, conseqüentemente, impacto na vida dos residentes nas coletividades recetoras de Smith (1989) ou a dos perfis psicográficos de Plog, este tipo de turista parece-nos partilhar mais das características do turista explorador e alocêntrico – mais centrado nos outros do que em si mesmo, motivado pelo conhecimento e contato com realidades socioculturais diferentes, disposto a prescindir de confortos do tipo ocidental, aberto à aventura e à fuga do turismo de recreio para destinos mais massificados.

No mundo, registam-se cerca de um milhão e meio de turistas de voluntariado por ano, representando aproximadamente oitocentos milhões de libras em receitas turísticas (TRAM, 2008), assinalando-se um aumento de organizações e empresas turísticas a atuar neste sector de atividade, bem como a diversificação de produtos turísticos e dos seus programas de voluntariado. Exemplo disso são: a Global Volunteers; a Ecovolunteer; a Voluntourism, entre outras (LIMA *et al.*, 2017).

Especificamente, em Portugal, há cada vez mais entidades a apostar neste segmento, principalmente como emissoras de turistas de voluntariado para outros países (BARBOSA; CARVALHO, 2015), todavia, denota-se ainda alguma falta de especialização e experiência. Organizações como a AMI, a Leigos para o Desenvolvimento, a Associação Gap Year Portugal ou a AIESEC Portugal, são bons exemplos de entidades com ofertas estruturadas de produtos turísticos de voluntariado.

### **3 METODOLOGIA**

Com o intuito de dar aos alunos da Escola Superior de Educação de Coimbra a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido por várias instituições e a possibilidade de vir a usufruir de experiências de voluntariado, foi organizado por alunos e docentes de Técnicas de Animação Comunitária do curso de Animação Socioeducativa e de Organização de Eventos do curso de Turismo, o evento “Voluntariado e Associativismo. Apresentação de Associações, Projetos e oportunidades de trabalho voluntário para alunos da ESEC” realizado em abril de 2017.

Das 20 instituições convidadas a participar no evento e no inquérito, apenas 11 efetivamente preencheram ou entregaram posteriormente o questionário distribuído na ocasião. São os resultados desse inquérito que nos propomos a analisar neste trabalho.

As instituições presentes foram:

1. ACERSI - Associação das Cozinhas Económicas Rainha Santa Isabel;
2. AIESEC - Association Internationale des Étudiants en Sciences Économiques et Commerciales (atualmente é o nome da maior organização estudantil do mundo que tem como objetivos o desenvolvimento e a liderança);
3. AMI – Assistência Médica Internacional (ONG portuguesa, privada, independente, apolítica e sem fins lucrativos que tem como objetivos lutar contra a pobreza, a exclusão social, o subdesenvolvimento, a fome e as sequelas da guerra, em qualquer parte do Mundo);
4. APPACDM - Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental;
5. ASOS – Associação Soltar Os Sentidos (pretende colmatar a ausência de respostas não institucionais para jovens dos 6 aos 21 anos e respetivas famílias em situação de vulnerabilidade social através da prevenção e combate a comportamentos desviantes dos jovens, desenvolvendo as suas competências e criatividade);
6. Associação Cavalos Amigo - Associação Portuguesa de Terapia e Formação Equestre (a ação da associação destina-se ao cidadão desfavorecido social e economicamente que seja portador de qualquer tipo de incapacidade, física, mental e/ou comportamental e possa beneficiar da equitação quer como terapia quer como desporto);
7. Associação Olhar 21 - Associação de Apoio à Inclusão do Cidadão com Trissomia 21;
8. ATLAS – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento;
9. Cáritas Diocesana - Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e Organização Não Governamental (presta apoio social e serviços nos âmbitos Social, Saúde, Educação e Pastoral);
10. Casa dos Pobres de Coimbra - Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos (oferece o equipamento social Estrutura Residencial para Idosos em situação de carência, familiar económica e social);
11. Cavalos Azuis – Associação de Famílias Solidárias com a Deficiência (ONGPD);
12. Escola de Educação Sénior e Escola de Verão Júnior – Instituto IHumanus (Instituto para a Promoção da Educação ao Longo da Vida);
13. Gatos Urbanos - Associação sem fins lucrativos (cuja missão é promover o bem-estar dos animais que partilham os espaços urbanos com os seres humanos);
14. Grupo de Voluntários de Apoio ao Centro de Recolha Animal da Câmara Municipal de Condeixa;
15. Instituto Português do Desporto e Juventude;
16. Inatel - Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (tem atualmente como missão a promoção das atividades de tempos livres e lazer dos jovens, dos

- trabalhadores e dos seniores, as quais contribuem para o bem-estar integral e o desenvolvimento pessoal de cada um, bem como para a inclusão social de todos cidadãos);
17. ICreate - Associação sem fins lucrativos (visa promover o envelhecimento ativo e saudável, e contrariar processos de isolamento da população idosa através da participação ativa na comunidade numa lógica intergeracional);
  18. Liga portuguesa contra o Cancro;
  19. Plataforma PAJE - Apoio a Jovens Ex-acolhidos (visa contribuir para a inclusão social de jovens que viveram longos períodos em instituições de acolhimento).

A amostragem foi por conveniência, não se pretendendo de forma alguma retirar da análise dos dados qualquer conclusão para o vasto conjunto de organizações da sociedade civil, associações e entidades ligadas ao turismo em Portugal. Pretendeu-se apenas perceber como os atores no terreno, desenvolvendo intervenções de natureza muito diversa, com distintas missões e diferentes contextos, veem questões como o papel da sociedade civil face ao Estado e mercado, a importância do terceiro setor, do associativismo e do voluntariado em Portugal, a participação cívica, assim como o tema específico do turismo de voluntariado.

A recolha de dados primários foi feita através de um questionário autoadministrado. Alguns participantes reponderam ao mesmo durante o evento e outros comprometeram-se a fazê-lo mais tarde para terem mais tempo para refletir. Optou-se por um inquérito de formato semi-estruturado, ou seja, um conjunto de perguntas idêntico para todos os inquiridos, mas em que todas as questões eram de resposta aberta. Não se definiram previamente categorias de resposta rígidas pois entendeu-se que, estando pré-estabelecidos as posições, opiniões, percepções, se estaria a limitar o conteúdo dessas respostas às noções definidas pelos investigadores. Tal poderia resultar no não aproveitamento do evento para conhecer a visão dos participantes que, dados o seu conhecimento, experiência e contato com as realidades sociais em que intervêm, são especialistas e testemunhos privilegiados dos aspetos que se procuraram abordar.

O questionário foi composto por 20 itens e nas poucas questões em que se solicitou ao/à inquirido/a que escolhesse a opção "sim" ou "não", imediatamente a seguir pediu-se uma justificação (resposta aberta) (Anexo).

Uma vez que as questões tinham resposta aberta foi possível recolher informação mais aprofundada, pelo que se optou por uma abordagem qualitativa mais adequada a investigações em que se trabalha com uma população reduzida, se trata de temas complexos e se privilegia o detalhe da informação à extensão do estudo (YIN, 2010; ALMEIDA; PINTO, 1995). Assim, prescindiu-se da utilização de um instrumento de recolha estruturado, já que não havia necessidade de standardizar respostas para lhes atribuir um valor numérico, pois o propósito não era o de fazer uma análise estatística, também porque a possibilidade de

generalização da amostra para a população-alvo estava já posta de parte, como referido. A análise que aqui realizamos é meramente descritiva e não inferencial, pretendendo apenas fazer uma caracterização e síntese dos dados recolhidos. O grande objetivo foi fazer uma análise qualitativa, considerando que cada instituição diferente - na sua missão, área de intervenção, âmbito de ação e contextos sociais e culturais - é em si um caso específico, e tais diferenças têm que ser consideradas e devem ser explicativas dos resultados obtidos no inquérito, não obstante o nosso interesse em obter, através deste, uma visão ampla da importância do associativismo e voluntariado aliado ao turismo no Portugal atual.

A análise do conteúdo das respostas foi feita, numa primeira fase, criando uma grelha em função das dimensões que se consideraram mais relevantes no que respeita ao associativismo, voluntariado e turismo voluntário que correspondem às questões colocadas no inquérito; posteriormente, numa segunda fase, a partir das repostas dos inquiridos criaram-se categorias para cada uma das dimensões em que se subdividiram as respostas dos inquiridos. Foi feita uma transcrição seletiva do conteúdo dessas respostas como se apresenta na discussão de resultados.

#### **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

A persistência da reciprocidade hoje é tanto mais importante quanto a intensificação da concorrência à escala global e o poder do mercado financeiro que colocam imposições às políticas fiscais dos governos nacionais que se traduzem em estrangulamentos orçamentais, redução da despesa social e do crescimento das economias (LAVILLE; GAIGER, 2009). Também Ramos (2017) sustenta que, aos vértices do capital e do lucro, associados à desigualdade, por um lado, e do centralismo estatal burocrático, por outro, há que acrescentar o da economia social, inclusiva e solidária. É a partir da participação das populações locais no desenvolvimento e da mobilização da sociedade civil que repousa a possibilidade de aquele se definir em função dos interesses dos cidadãos e não do mercado (RAMOS, 2017; DOWBOR, 2009; QUINTAS, 2005). Para Caillé (2009), numa conceção que encontra eco na distinção entre troca mercantil, redistribuição e reciprocidade de Polanyi (2012 [1944]), na economia solidária como no associativismo, o princípio da dádiva é dominante por oposição ao cálculo interesse individual (mercado) ou obrigação/redistribuição (Estado). Podemos entender a dádiva como a partilha de recursos, a concessão do tempo, competência, esforço ou atenção que voluntários e membros de associações reservam para os mais variados fins sociais.

Aliado a um grande protagonismo do associativismo, indicador da capacidade da sociedade contemporânea e organizar para responder aos seus interesses e problemas, independentemente de determinismos políticos e mercantis, encontramos na sociedade portuguesa também uma tendência de crescimento do voluntariado que aqui tem, no entanto, menor expressão que noutros países. Como

visto, esta é concomitante com a vontade dos indivíduos com uma motivação cívica e solidária de alargar horizontes, contactar com outras culturas e ampliar conhecimentos através da viagem.

O voluntariado e o associativismo no inquérito aqui apresentado afirmam-se como compensação para aspetos que os participantes associam à sociedade atual, como apatia, individualismo ou exclusão, contribuindo para o dinamismo da sociedade civil na resposta a questões sociais, cidadania ativa ou participação na vida social. O papel das associações e do voluntariado é associado também a uma capacidade de resposta mais próxima, humana, desinteressada, eficiente, flexível e inovadora do que a do setor público ou privado-lucrativo, quer pela motivação dos associados/voluntários, quer pela proximidade com os contextos sociais em que atuam que se repercute na qualidade dos vínculos sociais que são estabelecidos no contexto da sua atuação.

#### 4.1 VOLUNTARIADO

Compromisso, espírito de missão, ação solidária e reciprocidade são algumas noções que os inquiridos associam ao **voluntariado** referindo também, no geral, que este é um sinal positivo de maior consciencialização, sensibilidade, (in)formação dos voluntários e associados relativamente a problemas, sobretudo os associados às necessidades de grupos mais vulneráveis ou regiões mais carenciadas.

No geral, também, veem nas entidades do terceiro setor uma forma de a sociedade civil intervir para dar uma resposta mais próxima e, portanto, mais conhecedora, humana, flexível e informada àquelas questões – a que Estado e mercado não estão a atender plenamente – ainda que sujeita a constrangimentos financeiros. As iniciativas de associativismo e voluntariado são consideradas ainda como expressão do espírito de cidadania e forma de exercício da democracia participativa. A título de exemplo e a propósito da contribuição da sociedade civil na forma do associativismo em Portugal é dito “Decisiva. Sem participação somos uma democracia de consumidores/espectadores” (Associação 7).

#### 4.2 CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A **missão e âmbito** das associações inquiridas são muito variados. Globalmente, relativamente à sua evolução ela é considerada positiva em termos de respostas ou notoriedade, mas, como referido, com dificuldades económico/financeiras.

No que se refere à **importância da contribuição da sociedade civil**, designadamente, do associativismo em Portugal, ele é considerado como reflexo da variedade dos interesses, mas também carências da sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo que se enaltece o trabalho desinteressado e espírito de missão dos associados e voluntários, é criticada a falta de integração e de articulação entre instituições, bem como entre estas e o Estado (considerado ausente relativamente a algumas

questões sociais por alguns inquiridos). Para além de colmatar falhas na resposta a problemas sociais, a contribuição da sociedade civil, os movimentos associativos em particular, são associados a aspetos positivos para a generalidade dos inquiridos, como a responsabilidade social, consciência social ou coletiva e ambiental, representação de interesses de uma pluralidade de grupos sociais, participação, cooperação, e transformação comunitária, exercício de uma cidadania ativa, inovação na resposta às questões sociais, fomento da partilha de informação, comunicação. Mas, se a participação de associados e voluntários é vista como uma contribuição muito positiva para a sociedade portuguesa pela generalidade dos inquiridos, ela é simultaneamente considerada ainda insuficiente face às carências e interesses a que importa dar resposta:

“Os movimentos associativos na sociedade portuguesa são de grande importância pois procuram inovar nas formas de relacionamento, iniciativas, comunicação e informação que motivem e estimulem a participação ativa da comunidade para as mais diversas causas, procurando responder a estas com qualidade” (Associação 9).

**Quanto à evolução da missão e maiores necessidades sentidas nesse processo**, sobressaem duas dimensões principais, uma negativa e outra positiva: as carências de recursos como trabalhadores voluntários, mas sobretudo financeiras, que permitam às entidades atingir os seus fins, por um lado, e uma maior notoriedade, o alargamento a um público e âmbito de atuação mais vasto, por outro:

“Tem sido positiva (...) por uma maior visibilidade do entorno local e nacional. Ao nível interno passa por dificuldades financeiras, a nível externo a dificuldade em acompanhar todas as situações de vulnerabilidade social.” (Associação 4); “Grande aumento da notoriedade e das solicitações. Menor aumento, não proporcional, do corpo de voluntários” (Associação 7) aspeto também apontado pela Associação 11: “A necessidade que mais se sente é de não ter voluntários suficientes para participar nos projetos”.

Duas instituições mencionam a este respeito, especificamente, o problema da sustentabilidade associado ao financiamento da sua atividade, o que entendemos estar relacionado com a questão da articulação destas entidades com a comunidade, o setor público e privado; como referem outras, a sua missão tem evoluído “com o apoio da comunidade, através de donativos e de trabalho em rede” (Associação 5) e “dando os primeiros passos no empreendedorismo social.” (Associação 6); dando mais suporte à importância da articulação institucional é reconhecida a “Aposta nas parcerias estratégicas como forma de desenvolver respostas a vários projetos em prol da comunidade.” (Associação 9).

Estes dados são corroborados quando as entidades são inquiridas a respeito da **contribuição do terceiro setor perante falhas de Estado e mercado perante problemas sociais**:

**(i)** a generalidade das instituições atribui-lhe um papel muito relevante: “Preponderante face à falta de resposta a nível nacional” (Associação 1); fundamental, apesar deste setor ter sofrido também problemas de financiamento, sobretudo na sequência da crise de 2008 (Associações 2 e 9); “fundamental no atendimento a necessidades ou problemas sociais” (Associação 4) e “determinante” face à desigualdade social e mais eficiente nessa resposta (Associação 3).

**(ii)** Por outro lado é apontada, novamente, a relevância de articulação entre instituições:

“Tem conseguido realizar um trabalho cada vez mais estruturado e em rede, de forma a atender às necessidades ou problemas sociais.” (Associação 5), mas “O terceiro setor poderia e deveria articular mais e melhor para atender a necessidades em que o estado é ausente e as associações estão ativas.” (Associação 8).

**(iii)** Por fim, advogando uma resposta menos empresarial aos problemas sociais, mas em alternativa à subsidiopendência, a Associação 10 refere que:

“a forma como interpretamos e como estamos no associativismo é de promover a nossa sustentabilidade económica com projetos que se sustentam com apoios públicos, privados e com os participantes nas atividades”.

Destes aspetos retiramos que a sustentabilidade da atuação das instituições em resposta a necessidades e interesses sociais, tendo em conta a necessidade de recursos depende, não apenas, mas em grande medida dos voluntários, tanto mais que as entidades do terceiro setor, não tendo missão lucrativa, sofrem de constrangimentos económicos, por um lado, e os «ativos relacionais» e vocação solidária são traço distintivo da sua missão e contribuição para a sociedade.

#### 4.3 PARTICULARIDADES INSTITUCIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONG)

Na sequência da relevância da atuação de entidades da sociedade civil, a maioria dos inquiridos pronuncia-se favoravelmente a respeito das **particularidades institucionais das entidades não-governamentais e não-lucrativas**, designadamente e como sustentámos no enquadramento teórico deste trabalho, **i)** pela sua independência de orientações políticas e autonomia relativamente a imperativos financeiros (Associações 2, 4 e 9). São consideradas como associando-se à militância, o humanismo, o sentido missão, de justiça social, a dedicação e generosidade, designadamente de voluntários, por um lado, e **ii)** menos burocracia, maior eficácia, flexibilidade e capacidade de resposta, o que as torna mais eficazes e humanas (Associação 3, 6, 7 e 8) e as distingue positivamente face ao setor privado/lucrativo e estatal,

apesar de ser novamente reconhecida a importância de articulação entre os três vértices (Associação 3). Novamente, estas entidades são caracterizadas como tendo como “principal particularidade (...) a criação de relações informais tendo como base os valores de solidariedade social” (Associação 10) sendo “importante criar uma rede local, e quebrar o conceito assistencialista e mais de empreendedorismo social” (Associação 6).

As vantagens das associações do terceiro setor acima referidas **na proximidade aos cidadãos e conhecimento dos seus interesses, problemas ou necessidades** são reconhecidas pela totalidade das entidades inquiridas que responderam afirmativamente, justificando-o com:

**(i)** esse conhecimento próximo aos seus contextos de atuação e questões a que dão resposta:

“Quando uma associação trabalha próximo dos problemas sociais, consegue conhecer os seus problemas, os obstáculos e como ultrapassar” (Associação 11)

“...conhecer problemas reais desta população e atuar sobre os mesmos (...) podemos afirmar que conhecemos as necessidades dos cidadãos” (Associação 5)

As associações “possuem um modelo que permite uma ligação mais direta” (Associação), “Trabalham com base em gosto de ajudar e conhecimento profundo das questões em jogo” (Associação 8) e “Lidam diretamente com os problemas [criando] laços com as pessoas que necessitam de ajuda” (Associação 2);

**(ii)** os aspetos relacionais dessa resposta, a que também aludimos no enquadramento teórico deste trabalho:

“Contacto humano direto” (Associação 1); “Pela proximidade local o acompanhamento é feito com maior frequência e qualidade” (Associação 4); “Proximidade, sensibilidade e criação/desenvolvimento de ações de responsabilidade social em forma de apoio psicológico, integração e atividades socioeducativas como resposta e promoção da cidadania ativa” (Associação 9); “Conhecem o dia-a-dia, as necessidades e interesses do seu público-alvo devido à proximidade e à relação mais próxima com a população” (Associação 10).

Salientamos por fim, o posicionamento destas entidades na sua relação com o seu desempenho/atuação, na visão da Associação 7:

“Não somos autoridade, nem prestadores de serviços. Somos iguais aos cidadãos que a nós recorrem”.

Já no que respeita à **importância das noções de solidariedade e reciprocidade** não parece haver o mesmo consenso, tendo respondido a esta questão apenas 7 entidades. **i)** Estas duas noções foram associadas à “intenção de dar sem receber” que a Associação 1 relaciona com o voluntariado e a Associação 8 considera como “valores fundamentais para que os voluntários e associados se sintam motivados e integrados, fazendo parte de uma causa e um grupo”, ao diálogo intercultural (Associação 3) e à cidadania

ativa (Associação 9); ii) a sua importância justifica-se face ao cumprimento da missão das instituições, bem como ao seu reconhecimento sendo consideradas [de] "(...) Muita importância pois é uma evidência de que as áreas de atuação são valorizadas pela sociedade civil" (Associação 6) e "Fundamentais na criação de "reputação" social de associação" (Associação 10).

#### 4.4 EVOLUÇÃO DO VOLUNTARIADO EM PORTUGAL

Da **caraterização da evolução do Voluntariado em Portugal** sobressaem **i)** aspetos positivos como uma tendência recente de crescimento em número de voluntários, um acréscimo de qualificação dos mesmos e da diversidade de iniciativas, que alguns inquiridos associam a maior consciência cívica e resposta às questões sociais:

"O voluntariado tem crescido em número e diversidade, desempenhando um papel cada vez mais importante na consciencialização da sociedade. O voluntariado cada vez mais dá resposta a problemas onde o Estado pouco ou nada intervém" (Associação 8)

"Mais consciencialização sobre as problemáticas existentes e as novas necessidades. Não só em Portugal, mas também na Europa estudos apontam para o crescimento do sector do voluntariado, nomeadamente problemas ambientais, sociais e envelhecimento ativo "(Associação 9)

"Tem havido uma maior adesão, tanto pela publicação e divulgação das várias instituições e dos projetos, como pelo reconhecimento da importância da participação. Podemos também considerar que houve um crescimento de novas instituições das mais variadas naturezas" (Associação 11).

Por outro lado, os inquiridos em geral consideram que o crescimento do voluntariado em Portugal **ii)** é lento e a sua dimensão reduzida comparativamente a outros países; entre os aspetos negativos do voluntariado em Portugal destacam-se ainda uma indefinição do voluntariado, a massificação e desinformação pelas redes sociais (Associações 1 e 10) que favorecem que este seja aproveitado como mão-de-obra gratuita, pareça um fenómeno de moda e não corresponda a um efetivo compromisso a longo prazo, sobretudo dos jovens (Associações 2, 6 e 10).

Para além do voluntariado em geral, pediu-se aos inquiridos que se pronunciassem a respeito de duas dimensões associadas deste conceito:

**i) Voluntariado como indicador de dinamismo da sociedade civil, cidadania (aspetos positivos) ou problemas sociais e carências de respostas adequadas (aspetos negativos);**

## **ii) Voluntariado como atenuante de tendências atuais de individualismo, materialismo, apatia, isolamento social ou desinteresse na participação cidadã.**

Relativamente à **primeira**, o voluntariado foi considerado indicador de **i)** aspetos positivos pela totalidade dos inquiridos, tais como sensibilidade, abertura, espírito cívico, e uma sociedade progressista e dinâmica, envolvida nos problemas sociais e sua resolução. A título de exemplo, papara a Associação 6, o voluntariado “É positivo (...) pois no voluntariado há uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento de competências sociais que permitam uma sociedade mais informada”; **ii)** apenas uma, a Associação 10, considerou aspetos negativos do voluntariado: “(...) aproveitamento “interesseiro” com motivações ocultas ou clareza de intenções na resolução de uma causa social”.

Relativamente à **segunda**, as respostas foram afirmativas para 10 das 11 Associações respondentes: o voluntariado foi considerado o contrário daquelas tendências bem como da “indiferença e apatia da sociedade ou instituições públicas” (Associação 8).

São também amplamente reconhecidas as **contribuições do voluntariado para a sociedade** em geral, como o “Desenvolvimento de uma sociedade mais tolerante, solidária e integrada” (Associação 1), a “promoção da igualdade de oportunidades e a aceitação de diferenças culturais” (Associação 3), ou o favorecimento [da transformação] da “sociedade, torna-a mais justa e solidária.(Associação 5) e da “Coesão, participação social e solidariedade (Associação 9)”.

São consideradas tanto as contribuições dos voluntários/associados para a sociedade, como as que estes obtêm destas experiências: o “Apoio, carinho «savoir-faire» ou «know-how», experiência” (Associação 2), a “Melhoria das condições de vida de grupos desfavorecidos ou fragilizados (...)” (Associação 8), as “(...) inúmeras (...) contribuições para a sociedade e para quem faz voluntariado pela reunião de esforços de equipas multidisciplinares na obtenção dos melhores resultados” (Associação 4), “Um cidadão informado e sensibilizado [para] as problemáticas da sociedade (Associação 6), a “Resolução de inúmeros problemas. Inovação. Experiência pessoal e associativa (Associação 7), e “Os voluntários podem fazer a diferença, são eles o motor da diferença” (Associação 11).

## **4.5 TURISMO DE VOLUNTARIADO, TURISMO VOLUNTÁRIO OU VOLUNTURISMO**

Já no que respeita especificamente ao Turismo de Voluntariado, Turismo Voluntário ou Volunturismo encontram-se maiores diferenças nas respostas uma vez que nem todas as entidades inquiridas têm programas nesta área. Assim, duas associações referem que não conhecem o conceito de **Turismo de Voluntariado, Turismo Voluntário ou Volunturismo** e registaram-se quatro não-respostas. Para as cinco restantes, o conceito é definido como uma forma de voluntariado que vai contribuir positivamente para o bem-estar das populações dos locais para onde se viaja ou, dito de outra forma, uma viagem com impacto

positivo nas condições de vida de populações das sociedades recetoras e no enriquecimento pessoal do viajante:

“Não é uma prática pontual enquanto voluntário a praticar solidariedade, mas sim uma forma de praticar turismo contribuindo para uma comunidade com fim solidário” (Associação 4), “Pessoas que no voluntariado pretendem não só dar como receber novas ideias e conhecimento do mundo” (Associação 6), “São, sobretudo, jovens que se dispõem a viajar para dar o seu apoio e contribuição para melhorar as condições de vida a populações em regiões carenciadas” (Associação 8), “Uma forma sustentável de viajar e de contribuir com os nossos saberes em cada local que visitamos” (Associação 9); A Associação 2 ressalva que “O Turismo normalmente é associado a lucro. Há muitos organismos que aproveitam a onda do voluntariado para mascarar. Mas se for bem feito são férias que criam impacto positivo no terreno”.

Estes resultados corroboram a literatura, refletindo que embora exista algum conhecimento sobre o turismo de voluntariado, voluntário ou “volunturismo”, a maioria das pessoas e organizações detêm ainda um conhecimento muito superficial sobre esta realidade (LIMA *et al.*, 2017).

Agrupando os resultados relativos à **caraterização dos programas de turismo de voluntariado** existentes nas instituições presentes obtivemos respostas de apenas 3 instituições. Destas, duas atuam em países lusófonos e/ou africanos, e outra em países europeus; a sua missão centra-se na ação solidária, assistência médica, serviços hoteleiros para pessoas de baixos rendimentos, animação e intercâmbio de jovens e cooperação e promoção de turismo sustentável.

De acordo com Barbosa e Carvalho (2015), em Portugal, assiste-se a um aumento deste género de iniciativas, mas há ainda um longo caminho a percorrer, na medida em que a maioria das organizações se foca apenas na emissão de turistas de voluntariado para o exterior.

Quanto ao **custo dos programas/iniciativas ao consumidor**, este varia desde perto de 2000€ (donativos incluídos) a programas gratuitos, em alguns casos com participações e “*pocketmoney*” para os participantes.

Omitimos algumas informações relativas à designação dos programas, sites e outros pormenores das iniciativas de turismo voluntário para garantir o anonimato das instituições inquiridas.

Quanto à **evolução das iniciativas (número de programas e de turistas) e sua justificação**, à exceção do período subsequente à crise económica de 2008, esta é positiva, apoiada pelo regresso de subsídios públicos e pela quebra de barreiras linguísticas, verificando-se um aumento de procura por turismo de voluntariado, designadamente por voluntários que querem viajar para dar continuidade a essa prática contactando com outras realidades.

Na mesma linha de pensamento, Wearing e Grabowski (2011) advogam que o turista de voluntariado é predominantemente originário de países desenvolvidos e ocidentais, ou seja, aqueles que mais sofreram com a crise de 2008, e que, atualmente, se encontram em franca recuperação econômica.

O **Turismo de voluntariado enquanto boa aposta para o futuro** recebeu respostas afirmativas da generalidade dos inquiridos (apenas um discordou); a justificação para estas respostas prende-se com:

**i)** vantagens tanto para a instituição e participantes da sociedade de origem, como para a sociedade recetora:

O turismo de voluntariado é considerado “Uma excelente forma de dinamizar a economia local e contribuir para a fixação da população”(Associação 2), de “Dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela instituição” (Associação 5), responder “Quer a necessidade quer a maior procura pela sociedade” (Associação 3) e “Envolver as pessoas, promover a participação ativa e o conhecimento aliado ao lazer” (Associação 9), contribuindo para a “uma divulgação a nível internacional”. (Associação 8).

**ii)** o favorecimento de um diálogo intercultural:

A “Integração, com outras culturas (Associação 1), uma “Forma interessante de promover culturas” (Associação 2), a “Partilha de saberes e conhecimento do mundo; permite ao cidadão abrir horizontes a aprendizagens. (Associação 6) ou a “Troca de informação e melhores práticas e projetos inovadores” (Associação 8).

Por último, os atributos mais referidos pelos inquiridos a respeito do **perfil desejável para um turista de voluntariado**, agrupando esta dimensão nas categorias de resposta principais foram:

**i)** vontade ou disposição para contribuir, colaborar, ajudar, dar e receber; dedicação; postura de serviço, positiva e solidária.

**ii)** abertura ao «outro», contatar com realidades diferentes, perceber o «outro»; tolerância, empatia.

**iii)** robustez física e psicológica; – capaz de trabalho árduo, de estar fora da sua zona de conforto e prescindir de algum «luxo»; resiliência; persistência.

Estes resultados corroboram a revisão de literatura efetuada, já que a maioria dos autores referem que os turistas de voluntariado são aqueles que pretendem aderir a experiências únicas e memoráveis, baseadas em causas sociais, ambientais, de saúde e de enriquecimento pessoal (BROWN; LEHTO, 2005; CALLANAN; THOMAS, 2005; COGHLAN, 2007; LIMA *et al.*, 2017; WEARING; GRABOWSKI, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade do que constitui hoje a resposta a necessidades e interesses sociais ultrapassa a economia na sua definição clássica ou a visão assistencialista do Estado como resposta a todas as

questões sociais. Iniciativas econômicas comunitárias, desenvolvimento local, ação solidária ou trabalho voluntário são algumas das categorias que revelam que, num mundo aparentemente materialista, individualista, dominado pelo mercado e pela comercialização de várias esferas da vida social, esta última pode permanecer o contexto mais amplo e significativo em que relações de carácter económico ou prestação de serviços, como de outra natureza, ocorrem, sujeitas a normas, hábitos, valores, instituições que ultrapassam muito a ação fundada na busca de maximização do benefício próprio ou as políticas públicas e respostas do Estado.

É noutras formas de organização para além do mercado (em que o ser social surge na sua versão relativamente atomizada do contexto de relações sociais em que se encontra inserido) e do Estado, na tentativa de resposta às carências e desigualdades que o mercado não evita, mas por vezes afastado das circunstâncias particulares reais das populações locais ou incapacitado de responder plenamente às necessidades e vontades específicas de alguns segmentos das populações nacionais que julgamos estar o lugar do terceiro sector, neste caso, como formas organizadas de associação que traduzem a vontade e capacidade da sociedade civil se mobilizar para responder a tais carências, problemas ou interesses no sentido de uma melhoria das condições de vida nas suas variadas dimensões.

O voluntariado e associativismo ocorrem numa diversidade de contextos e iniciativas que correspondem a várias facetas da vida social a que urge dar resposta, a múltiplas carências e também a uma variedade de interesses que mobilizam a sociedade civil. Também o turismo de voluntariado é um turismo heterogéneo, pois qualquer atividade deste tipo não pode ser repetida em qualquer parte do mundo, isto é, ajudar crianças no Quênia não é o mesmo que ajudar crianças no Brasil. Já em catástrofes naturais ou conflitos armados, por mais vezes que uma pessoa se voluntarie a intervir, nunca encontrará um cenário totalmente idêntico ao anterior (BARBOSA; CARVALHO, 2015).

Da análise dos dados retiramos que existe um dinamismo da sociedade civil em colmatar falhas na resposta a problemas sociais. Consideramos que são muitas as questões sociais que mobilizam os cidadãos na atualidade e que tal não será estranho ao facto de o associativismo ser marcado por uma multiplicidade de instituições, iniciativas e propósitos, como é possível aferir a partir das instituições abrangidas neste estudo:

- 1) Dar resposta a necessidades de pessoas com deficiência mental;
- 2) Integrar, mudar e prestar apoio ao ser humano em todo o mundo;
- 3) Promover a igualdade de oportunidades para os mais desfavorecidos no lazer, com a cultura, o desporto e o turismo;
- 4) Intervir a nível de serviços de Psicologia, capacitação parental, conflitualidade e alienação parental entre outros projetos de cariz social com crianças e suas famílias;

- 5) Acolher e apoiar indivíduos e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como prestar um trabalho qualificado junto da população idosa que vive de forma isolada;
- 6) Acolher e melhorar a qualidade de vida da população idosa, mais vulnerável e com menores recursos, deixando a instituição de ter um carácter apenas assistencialista para passar a ter um papel empreendedor e de inovação social;
- 7) Contribuir para a resolução do problema da negligência, abandono e maus tratos a animais com a prestação de cuidados e esterilização de gatos de rua;
- 8) Acarinhar e divulgar cães do canil municipal até serem adotados, alertar as autoridades policiais e municipais para situações de maus tratos e negligência;
- 9) Promover e desenvolver a Educação ao Longo da Vida;
- 10) Promover o envelhecimento activo, assente em pilares como a inovação, educação e cultura; incentivar a convivalidade entre os participantes das diversas atividades;
- 11) Dar a conhecer os projetos de voluntariado e divulgar as experiências de voluntariado existentes, bem como a sua importância.

No que respeita mais especificamente ao turismo de voluntariado, acrescentam-se aos aspetos positivos do voluntariado em geral – contribuir para a sociedade e o desenvolvimento, a formação, o currículo e experiência profissional – um alargamento na visão do mundo, a possibilidade de partilha de experiências com instituições/indivíduos de outras sociedades, a troca de conhecimentos e abertura para outras realidades socioculturais.

Apesar de os dados registarem um certo consenso a respeito da relevância do Turismo de Voluntariado ou das características ideais do perfil de um “volunturista”, certo é que uma parte importante dos inquiridos não conhece aquele conceito; simultaneamente, embora seja reconhecido positivamente enquanto aposta para o futuro, o turismo de voluntariado não faz parte das iniciativas de uma parte considerável das instituições abrangidas neste estudo (7 associações).

Conclui-se ainda que o turismo de voluntariado não é visto apenas com um tipo diferente de viagem, mas uma iniciativa com uma motivação semelhante à do voluntariado em geral para a ação solidária. A disponibilidade para a dádiva de tempo, experiência, trabalho ou dedicação, bem como neste caso específico para encarar realidades socioculturais diferentes parece, pois, assumir neste âmbito um carácter positivo - para além do benefício para aqueles a quem se dirige a iniciativa de voluntariado - de contributo para a formação e enriquecimento pessoal do voluntário. Desta forma, verifica-se que existe ainda um longo caminho a percorrer quer em termos teóricos, quer em termos práticos no que diz respeito a este tipo de turismo. Isto é, existe, claramente, a necessidade de maior investigação e pesquisa relativamente aos verdadeiros impactes do turismo de voluntariado, tendo em consideração as suas

várias dimensões (destino/ território, comunidade local e turistas) e diversas vertentes (económica, social, cultural, ambiental e outras), bem como a necessidade de criar e aperfeiçoar mais e melhores programas de turismo de voluntariado, sendo, para isso, imperativo que associações, instituições de solidariedade social, organizações não governamentais, comunidades locais e empresas turísticas trabalhem em conjunto, coordenação e consonância.

Por fim, é importante referir que foram sentidas algumas limitações no âmbito da dimensão da amostra e que a temática em estudo apresenta escassa investigação nacional. Estas limitações constituem claros desafios para o futuro, sugerindo-se maior investimento neste âmbito, quer da parte de organizações privadas, quer da Tutela, vislumbrando-se como fundamental a realização de mais estudos, nacionais e internacionais, permitindo análises mais aprofundadas, comparativas e longitudinais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Ferreira; PINTO, J. Madureira. **A Investigação nas Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1995.

ALMEIDA, V. **Governança, Instituições e Terceiro Sector**. As Instituições Particulares de Solidariedade Social. Dissertação de Doutoramento. Coimbra: CES/FEUC, 2010.

ALMEIDA, V. Estado, mercado e terceiro setor: A redefinição das regras do jogo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 95, 2011.

AMARO, R. Roque. O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento. *In*: AA.VV. **Desenvolver (Des)envolvendo – Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local**. Messejana: Esdime, 2001.

AMARO, R. Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos nº 4**. Lisboa: ISCTE, 2003.

BARBOSA, A.; CARVALHO, P. Turismo voluntário em Portugal: A solidariedade como fator de deslocação. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, 19, dezembro 2015. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/19/solidariedade.html>>.

BENSON, A.; HENDERSON, S. A strategic analysis of volunteer tourism organizations. **Service Industries Journal**, 31(3), 405-424, 2011.

BROWN, S.; LEHTO, X. Travelling with a purpose: Understanding the motives and benefits of volunteer vacationers. **Current Issues in Tourism**, 8 (6), 479-496, 2005.

CAILLÉ, A. Antiutilitarismo. *In*: CATTANI, A.; LAVILLE, J.; GAIGER, L.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009b.

CALLANAN, M.; THOMAS, S. Volunteer tourism: deconstructing volunteer activities within a dynamic environment. *In*: M. Novelli (Ed.). **Niche Tourism: Contemporary issues, trends and cases** (pp. 183-200). Oxford: Butterworth-Heinemann, 2005.

CAMPANIÇO, P. **Turismo de voluntariado: A perspetiva do voluntariado no turismo** - Dois estudos de caso: A Aventura solidária da AMI e da Global Volunteers. Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social, Universidade da Beira Interior, 2010.

CARMO, H. (coord.). **Problemas Sociais Contemporâneos**. Lisboa: Universidade Aberta, 2001.

COGHLAN, A. Towards an Integrated Image-based Typology of Volunteer Tourism Organisations. **Journal of Sustainable Tourism**, 15(3), 267-287, 2007.

CROSSLEY, E. Poor but happy: volunteer tourists' encounters with poverty. **Tourism Geographies**, 14(2), 235-253, 2012.

CHANIAL, P.; LAVILLE, J. Associativismo. *In*: CATTANI, A.; LAVILLE, J.; GAIGER, L.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

COSTA, Pedro de Almeida. A contribuição da economia solidária para o desenvolvimento. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, 3 (1), 17-27, 2006.

CORRÊA, A. **A exclusão da população de baixa renda dos sistemas de trocas comerciais**: uma análise histórica sob a perspectiva do marketing. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2011.

DRUCKER, P. **Sociedade Pós-Capitalista**. 2. ed. Lisboa: Actual Editora, 2005.

DURKHEIM, E. *In*: FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Ed. Univ. S. Paulo, 1973.

DOWBOR, L. **Conferência sobre Democracia Económica no âmbito do Programa de Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação** – FEUC, 24 de outubro de 2009.

ENGELMANN, F. Estado, Política, Associativismo e Desenvolvimento local. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, 2 (2), 9-14. 2016.

EVERS, A.; LAVILLE, J. Defining the third sector in Europe. *In*: EVERS, A.; LAVILLE, J. (edits.) **The Third Sector in Europe**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited UK, 2004.

FERREIRA, C. Volunturismo: Altruísmo em tempo de férias. Panorâmica do mercado e perspectiva geográfica. *In*: SIMÕES, J. M.; FERREIRA, C. **Turismos de Nicho Motivações, Produtos, Territórios**. (pp. 263-281). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 2009.

FERREIRA, S. Terceiro Sector. *In*: CATTANI, A.; LAVILLE, J.; GAIGER, L.; HESPANHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

FERREIRA, S. Terceiro sector e Estado-Providência em Portugal. *In*: SILVA, F. Carreira (org.). **Os Portugueses e o Estado-Providência**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

GIBSON-GRAHAM, J. K. **A diverse economy**: rethinking economy and economic representation. 2010. Disponível em: <<http://transformacioncentral.org/solidarity/solidaritydocuments/diverseeconomies.pdf>>.

GUTTENTAG, D. The possible negative impacts of volunteer tourism. **International Journal of Tourism Research**, 11(6), 537-551, 2009.

LIMA, S.; DEVILE, E.; MORAIS, F.; SIMÕES, C.; MIRA, I.; GOMES, P. Os jovens e o turismo voluntário: Um estudo exploratório. **EXEDRA – Revista Científica**. 2(1), 34-47, 2017. ISSN 1646-9526. Disponível em: <<http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2018/01/03-Vol2.pdf>>.

LITTLE, C. *In*: CHAMBERS, E. **Native Tours: The Anthropology of Travel Tourism**. Illinois: Waveland Press, 2000.

LYONSS, K.; HANLEY, J.; WEARING, S.; NEIL, J. Gap Year Volunteer Tourism: Myths of Global Citizenship? **Annals of Tourism Research**, 39 (1), 361-378, 2012.

MARQUES, M.; MOURA, A. O impacto da criatividade e do design na cocriação de experiências turísticas: O caso dos empreendimentos TER na região centro de Portugal. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, 16 (1), 29-61, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.25112/rgd.v16i2.1815>>.

MCGEHEE, N.; SANTOS, C. Social change, discourse, and volunteer tourism. **Annals of Tourism Research**, 32(3), 760-779, 2005.

MONTEIRO, A. **Associativismo e Novos Laços Sociais**. Coleção Labirintos/Observatório dos Poderes Locais (coord. F. Ruivo). Coimbra: Quarteto, 2004.

MUSTONEN, P. Volunteer tourism: postmodern pilgrimage? **Journal of Tourism and Cultural Change**, 3(3), 160-177, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal sobre o Voluntariado**. Paris: Organização das Nações Unidas, 1990.

PARSONS, T. [1951] **The Social System**. London: Routledge, 1997.

PARSONS, T.; SMELSER, N. [1956] **Economy and Society**. A Study in the Integration of Economic and Social Theory. New York: Routledge, 2010.

POLANYI, K. [1944] **A Grande Transformação**. As origens políticas e económicas do nosso tempo. Lisboa: Edições 70, 2012.

QUINTAS, S. F. **Las Tecnicas de Grupo en la Animacion Comunitaria**. Salamanca: Amaru Ediciones, 2005.

RAMOS, J. **Conferência: As Organizações Sociais, o Estado e a Comunidade**. Coimbra: ESEC, 2017.

REIS, J. **Ensaio de Economia Impura**. Coimbra: Edições Almedina, 2007.

REIS, J. Estado e mercado: Uma perspectiva institucionalista e relacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 95, 2011.

SALAMON, L.; ANHEIER, H. **The International Classification of Nonprofit Organizations: ICNPO-Revision 1**, 1996. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, no. 19. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1996.

SALAMON, L. *et al.* **Global Civil Society: Dimensions of the Nonprofit Sector**. Bloomfield: Kumarian Press, 2004.

SIMPSON, K. Doing development: the gap year, volunteer-tourists and a popular practice of development. **Journal of International Development**, 16(5), 681-692, 2004.

SMITH, V. (ed.). **Hosts and Guests: the Anthropology of Tourism**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

SMITH, V.; FONT, X. Volunteer tourism, greenwashing and understanding responsible marketing using market signaling theory. **Journal of Sustainable Tourism**, 22(6), 942-963, 2014.

TAPLIN, J.; DREDGE, D.; SCHERRER, P. Monitoring and evaluating volunteer tourism: a review and analytical framework. **Journal of Sustainable Tourism**, 22(6), 874-897, 2014.

TOMAZOS, K.; COOPER, W. Volunteer tourism: at the crossroads of commercialization and service? **Current Issues in Tourism**, 15(2), 405-423, 2012.

VIEIRA, T. **Os Papéis das Organizações do Terceiro Setor na resposta aos Problemas Sociais**. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2015.

WEARING, S. **Volunteer tourism**: Experiences that make a difference. Wallingford: CABI, 2001.

WEARING, S.; GRABOWSKI S. International Volunteer Tourism: One Mechanism for Development. *In*: PINTO, H. Migrantes e Voluntariado (pp.145-165). **Revista Migrações**, Lisboa, ACIDI, n. Temático 9, outubro, 2011.

WEARING, S.; MCGEHEE, N. Volunteer tourism: A review. **Tourism Management**, 38, 120–130, 2013.

WEBER, M. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. Lisboa: Edições 70, 2001.

WEBER, M. Comunidade e Sociedade como estruturas de socialização. *In*: FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade**. S. Paulo: Ed. Universidade de S. Paulo, 1973.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## **Anexo – Exemplar do questionário administrado**

### **Inquérito aos participantes no evento *Voluntariado e Associativismo***

Qual considera ser a principal missão da instituição que representa?

Como é que esta tem evoluído? Que necessidades sociais, neste contexto, se têm feito sentir mais, ou agravado?

O que pensa da importância da contribuição da sociedade civil, designadamente dos movimentos associativos para a sociedade portuguesa?

Como é que vê a contribuição do terceiro sector em articulação ou em resposta a falhas na capacidade do Estado ou mercado responderem a necessidades ou problemas sociais?

Quais as diferenças entre o modo de atuação que constituem a vantagem particular de instituições não-governamentais e de estatuto não lucrativo relativamente a instituições do Estado ou sector privado?

Considera que as associações que estão no terreno têm um contacto mais próximo e, nesse sentido, mais conhecedor dos problemas, interesses, necessidades dos cidadãos?

Sim                      Não

Sem sim, em que medida?

Que importância assumem, nesse contexto, aspetos como a reciprocidade ou solidariedade?

Como caracteriza a evolução do voluntariado em Portugal nos últimos anos (adesão, crescimento, desempenho, perfil de voluntário/a)?

Que principais motivações considera estarem por trás do trabalho voluntário?

Que contribuições específicas é que este traz à sociedade?

Considera o voluntariado como indicador de aspetos positivos, como dinamismo da sociedade civil ou da importância do espírito de cidadania ou negativos como a existência de problemas sociais e carência de respostas adequadas?

Considera que o voluntariado e associativismo atenuam de alguma forma as alegadas tendências da sociedade contemporânea como o individualismo, materialismo, isolamento social ou desinteresse na participação na vida social, cívica, política ou comunitária?

O que entende por "turismo solidário" ou também denominado "volunturismo"?

A sua instituição desenvolve programas de "turismo solidário"/ "volunturismo"?

Sim                      Não

Se sim, quais?

Em que consistem? (Ou onde se poderá obter informação acerca deles?)

Quanto custam (ao consumidor)?

Como têm evoluído ao longo dos anos? (O n° de programas e turistas tem aumentado ou diminuído? Porquê?)

Se não, acha que seria uma boa aposta para o futuro?

Sim                      Não  
Porquê?

Qual seria o perfil ideal do "turista voluntário"/ "volunturista"?

Agradecemos a sua colaboração!